

O empoderamento de mulheres através da inclusão digital

Tania Maria Wolf

Bacharel em administração e especialista em gestão social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Gerente de Projetos Fundação Sicredi.

E-mail: tania_wolf@sicredi.com.br

Rosinha Machado Carrion

Socióloga. Doutora em administração. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos sobre o Terceiro Setor/Nipets/UFRGS. Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Social/PGS/PPGA/UFRGS.

E-mail: carrion@ea.ufrgs.br

Vinicius Coelho Lima

Graduando da Escola de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq

E-mail: coelhovinicius@hotmail.com

João Luiz Becker

Doutor em administração. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Representante titular da área de ciências sociais aplicadas no Conselho Brasileiro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E-mail: jlbecker@ea.ufrgs.br

Resumo

Apresenta o relato de projeto desenvolvido em uma cooperativa de costureiras, estruturada em moldes solidários, com o objetivo de promover, através da inclusão digital, o empoderamento de mulheres que trabalham no setor de corte dessa organização. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, a qual implica uma interação do pesquisador com seus sujeitos de investigação para a análise da realidade encontrada e para a construção de conhecimento. A intervenção ocorreu com a tecnologia social de residência solidária, que consiste na identificação, junto à comunidade, da situação problema, a partir da qual se elabora um projeto com objetivo de contribuir para sua solução. Entre as principais constatações, verificou-se a dificuldade de o gestor social contar com a abertura da organização e

a complexidade em envolver todas as cooperadas no projeto. Além disso, pelas características dessa ação, as respostas dos participantes nem sempre seguiram o previsto ou os prazos planejados, cabendo ao gestor realizar as adaptações necessárias ao longo do tempo. Por fim, a inclusão digital mostrou-se capaz de gerar o empoderamento necessário para se obter maior participação das pessoas em seu trabalho e para o desenvolvimento da cooperativa como um todo.

Palavras-chave

Residência solidária. Empoderamento. Inclusão digital. Mulheres.

Women's empowerment through digital inclusion

Abstract

This article describes a situation of social intervention, based on the use of social technology of Social Justice Residence Program and aims to demonstrate the potential of this tool for training social managers and for the autonomy of workers. The methodology used was a research-action, which means an interaction of researcher and the ones object of research, in order to come to an analysis of the found reality and build up knowledge. This intervention took place through the social technology of joint residence, which consists in identifying, in such a community, situation problem, with the purpose of coming to a solution. The main difficulty was for the social manager to count on an opening of the organization and the complexity to get all the members of the cooperative involved in the project. In addition to the characteristics of this action, the answers of the participants did not always follow the time expected or planned. The manager had to carry out the necessary adaptation along the time. The digital inclusion proved to be able to generate the necessary empowerment for a larger participation of the individuals in their work and for the development of the cooperative as whole.

Keywords

Joint Residence. Empowerment. Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

A residência solidária é a prática de uma ação social traduzida em projeto. Assim, este trabalho teve a intenção de realizar projeto em uma cooperativa de costureiras, estruturada em moldes solidários, a qual será identificada pelo nome Cooperax.

A organização foi fundada em 1996, está localizada em uma vila na cidade de Porto Alegre, e reúne grupo de mulheres que protagoniza seu desenvolvimento mediante a geração de renda. Inseridas na economia solidária, elas têm ampla história de lutas pela conquista de direitos e moradia, sustento de suas famílias, enfim, o cenário comum em muitas vilas. Seu produto final são as confecções sob encomenda: camisetas, jalecos, abrigos, entre outros, e também uma marca de roupas que ajudaram a constituir dentro de uma rede nacional de cooperativas.

Apesar do aparente sucesso da organização, várias questões foram percebidas como possibilidades de melhoria, dentre elas a do empoderamento de algumas cooperadas por meio da inclusão digital.

Para o desenvolvimento deste trabalho, primeiramente contextualiza-se a trajetória das mulheres que trabalham na organização, os problemas que enfrentam no dia-a-dia e que afetam o andamento da cooperativa. A seguir, aborda-se a metodologia utilizada para promover a ampla participação das cooperadas nas aulas de informática. Na terceira seção, discorre-se sobre a equipe e as parcerias envolvidas na execução e acompanhamento do projeto, além do cronograma das ações, orçamento e viabilidade financeira. A quarta seção traz a prática da residência solidária, na qual é relatado o primeiro contato com as cooperadas, a realidade que se apresenta a partir daí, a maturação do projeto, a realização das aulas de informática e, conseqüentemente, os resultados que surgiram durante todo esse processo, além de um comparativo entre o planejado e realizado. Na quinta seção são feitas as considerações finais sobre a realização da residência e sua importância para a formação de gestores sociais.

CONTEXTO

A constituição da vila onde se encontra a Cooperax é um exemplo de perseverança. Em 1979, os moradores ocuparam uma área da prefeitura e se estabeleceram com suas famílias. Após 10 anos de lutas, a situação foi regularizada, quando a prefeitura vendeu os terrenos para os moradores. As duas mil famílias que moram no local, em torno de 5 mil pessoas, contam, hoje, com infraestrutura como asfalto e saneamento básico. Isso graças a sua participação nas reuniões do orçamento participativo (OP), forma de decisão na qual a população elege as prioridades para investimentos públicos, juntamente com a prefeitura.

Na Vila, alguns moradores chegaram a planejar ações para geração de renda e trabalho, mas foram três mulheres que iniciaram a atividade de costura de roupas. Primeiramente, elas buscaram alternativas de clientes, como hospitais e postos de saúde da capital gaúcha, para os quais poderiam confeccionar uniformes, roupa de cama etc. Mas conforme relato da presidente da Cooperax, “[...] nada deu muito certo”. Deram-se conta que precisavam se organizar para atender às demandas em escala e com a qualidade exigida. Fizeram reuniões para constituir uma cooperativa de produção, sendo que, na primeira, compareceram 19 mulheres e, na segunda, 35. A primeira entrega foi para o sindicato dos metalúrgicos – 500 camisetas.

E esse foi o momento da virada! A partir daí optaram por participar de todos os eventos da cidade para serem conhecidas.

No início trabalhavam em casa, pois não havia espaço coletivo. Chegaram a fazer produtos na área alimentícia, como multimistura e salgadinhos, mas isso não perdurou. Em 1998, foi inaugurada a primeira incubadora de economia popular da Prefeitura de Porto Alegre, onde o grupo se instalou. E, em 2005, mudaram-se para a sede própria adquirida com o apoio de uma ONG espanhola, onde estão até hoje. Outras iniciativas estão em andamento na Vila, com o auxílio da Unisol –

Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários de Porto Alegre, cooperativa de papel que confecciona embalagens, e também a Cooperativa Nova Geração – escola que atende 49 crianças.

Com a constituição da cooperativa, as mulheres tiveram a oportunidade de participar economicamente da sociedade, contribuindo para a renda familiar. Fazer parte de uma empresa como dono e não somente na relação patrão/empregado quebra a lógica capitalista, na qual poucos ganham muito e muitos ganham pouco. Na cooperativa, todos têm a oportunidade de participar das decisões e comungar dos resultados.

É o exercício da democracia, do diálogo, da participação em algo que é coletivo e ao mesmo tempo individual, já que cada um tem de dar sua contribuição (na forma de trabalho) para o sucesso do coletivo (no caso, a geração de renda através da cooperativa). Essa é a prática da economia solidária. Segundo Singer (2002, p.4):

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão “desregulamentada” das máquinas ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. O capital da empresa solidária é possuído por aqueles que nela trabalham, e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela.

Inseridas na economia solidária, as cooperadas realizam o sonho da geração de renda através da cooperativa, empreendimento comunitário do qual são donas. Uma vez por mês, pela manhã, realizam uma reunião, assembleia em que discutem o futuro da cooperativa. É um espaço para o desenvolvimento do coletivo, da fortificação dos laços entre as pessoas que fazem o dia a dia do negócio.

A geração de renda por meio da constituição da cooperativa se efetivou em seus 12 anos de existência, com média de salário mensal de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00, dependendo do mês. O fato é que estão longe da realidade em que viviam antes, quando algumas sequer tinham rendimentos. O certo é que nenhuma delas ganhava mais em empregos anteriores.

A carga de trabalho diário é de 9 horas, com produção de 12 mil peças mês. O turno da manhã é das 7h às 11h, quando todas vão para casa preparar o almoço. É a realidade de muitas mulheres, que mantêm uma jornada extra para conciliar o trabalho com a família. À tarde, reúnem-se das 13h às 18h. É comum fazerem hora-extra ou até mesmo trabalharem aos sábados para dar conta dos pedidos.

A cooperativa é composta por 24 mulheres e um homem, que trabalha na serigrafia (considerando que a maioria são mulheres, elas serão designadas, neste trabalho, como *associadas* e *cooperadas*). A faixa etária varia de 24 a 63 anos de idade. Outro dado interessante é que seis cooperadas trabalham em casa para que possam ficar próximas a seus filhos, que demandam cuidados especiais. A Cooperax sempre está aberta para novas sócias, contanto que elas morem na mesma vila onde a cooperativa funciona.

Os pedidos são recebidos pelas cinco cooperadas que fazem o corte das peças. São elas, de certa forma, que decidem o que será produzido na semana. Estimam a compra da matéria-prima, fazem a entrega das peças prontas, enfim, mantêm contato com os clientes. As demais trabalham na costura e serigrafia, em trabalho mais interno. Os pedidos são recebidos por *e-mail*, telefone e, na maioria das vezes, diretamente na própria cooperativa. Não possuem funcionário específico para a recepção: à medida que as pessoas vão chegando, as cooperadas do corte se revezam no atendimento. No entanto, existe uma pequena recepção, local onde está o computador e também o fichário que é preenchido com dados dos clientes.

A trajetória da Cooperax tem sido objeto de estudo de muitas entidades e pessoas; algumas interessadas em conhecer o andamento desse empreendimento de economia solidária, para tentar implementá-lo na sua comunidade; outras, com interesse de aprendizado, como, por exemplo, universidades. Mediante essa troca de experiências, tem-se impulsionado outras iniciativas no Brasil e no mundo, provando que a geração de renda é possível por meio de um grupo de mulheres, reunidas em cooperativa.

PROBLEMATIZAÇÃO

Gestores sociais buscam, mediante um projeto social, oportunizar o desenvolvimento para um grupo de pessoas, mantendo, contudo, uma preocupação em respeitar os limites da comunidade e das pessoas envolvidas nesse processo. Conforme observam Stephanou, Muller e Carvalho (2003, p.11), “[...] os projetos sociais nascem do desejo de mudar a realidade. Os projetos são pontes entre o desejo e a realidade”. Ou seja, o projeto trata de tornar realidade o sonho, o desejo de um grupo de pessoas, mas isso tudo de forma estruturada. Segundo Armani (2006, p.18), “um projeto é basicamente, uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades baseados em uma quantidade limitada de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo”.

No contexto da Cooperax, percebeu-se terreno fértil para o desenvolvimento da residência solidária através de um projeto. Seguindo os ensinamentos de Armani (2006), o passo inicial foi identificar o que fazer (objetivo).

Como qualquer instituição coletiva, a Cooperax também enfrenta o desafio de empoderamento. A grande visibilidade que adquiriu como caso de sucesso na economia solidária acabou tomando o tempo de algumas cooperadas, sobrecarregando as demais. Se isso traz vantagens na forma de alianças estratégicas, ou mesmo recursos para a cooperativa, em contrapartida, as oportunidades de crescimento pessoal e de desenvolvimento do capital social não são equitativamente distribuídas.

Conforme foi possível observar, algumas cooperadas se sentem desconfortáveis com essa situação e não gostam de falar do assunto. De certa forma protegem o empreendimento solidário que as uniu, mas percebem que precisam agir. Para dar conta da situação, há um revezamento entre elas, de modo que algumas assumem a posição de outras, liberando-as a participar de atividades externas sem comprometer o funcionamento da cooperativa.

As mais afetadas são as que trabalham no corte (quatro mulheres), pois precisam cobrir sempre a falta da presidente, muito demandada por compromissos externos e de representação política. As ausências da presidente – até então a única que sabia utilizar o recurso de *e-mail* – criava um problema para a produção, na medida em que vários pedidos são realizados por meio eletrônico.

Além disso, o preenchimento das fichas com dados dos clientes e respectivos pedidos é feito à mão, sem regras prévias de como fazê-lo. Isso afeta a relação de trabalho das mulheres, que se sentem sobrecarregadas e excluídas, pois dependem de uma pessoa, a presidente, para poderem realizar seu trabalho.

A vontade de aprender é grande, mas ao mesmo tempo não têm condições para fazê-lo durante a jornada diária, já que a atividade na cooperativa é muito intensa. Além disso, a separação em áreas distintas (corte, costura e serigrafia) amplia a segregação de conhecimento e participação nas questões do dia-a-dia, uma vez que a área de corte é privilegiada pelo contato com os clientes e pela tomada de decisão sobre o que será produzido na semana.

Em artigo publicado na revista *Psicologia e Sociedade* em 2006, cujo campo empírico foi também uma cooperativa solidária, os pesquisadores constataram a insatisfação entre as cooperadas quanto ao reduzido espaço que têm para a participação em atividades externas à sua organização:

[...] na fala dos trabalhadores, são expressas críticas sobre a necessidade de valorização igualitária de todos os entrevistados, a dificuldade de compreender o envolvimento da coordenadora no movimento estadual e nacional de economia solidária e, ao mesmo tempo, reconhecer o seu papel na inserção bem-sucedida da UNIVENS no mercado: “Todo grupo grande precisa de líder, a nossa tem garra, batalha, todos sabem que ela é líder, não devemos trocar. Mas outras devem ser valorizadas”. (BARFKNECHT; MERLO; NARDI, 2006, p.8).

No caso da Cooperax, assim como na revelação trazida pelos autores anteriormente citados, também foi constatado que determinadas posições no campo eram reservadas apenas à presidente da instituição. Oakley e Clayton (2003, p.9), ao discorrer sobre o poder, observam:

O poder – formal, tradicional ou informal – está no coração de qualquer processo de transformação e é a dinâmica fundamental que determina as relações sociais e econômicas. Falar de empoderamento equivale a sugerir que há grupos que estão totalmente à margem do poder e que necessitam de apoio para “empoderar-se”.

Mesmo que o poder, no caso da Cooperax, seja informal, no sentido de não ser regido por regras regulamentadas, e ainda que formalmente não existam hierarquias, como é comum nas empresas capitalistas (patrão X empregado), o fato é que o desequilíbrio na participação acaba por favorecer a formação de núcleos de poder.

Para o caso deste projeto, visou-se, mediante a capacitação para o uso da linguagem digital, viabilizar que as cooperadas da costura tivessem, pelo menos, autonomia produtiva, isto é, que rompessem a situação de extrema dependência para com a presidente, única até então suficientemente familiarizada com o uso do computador. Em outras palavras, essas mulheres passariam a ter maior controle de suas vidas, o qual lhes era negado pela falta de conhecimento.

Empoderar corresponde ao ato de viabilizar que a pessoa em questão conquiste autonomia. Não se

trata, pois, de *dar poder*, mas sim de criar – pela ação concreta – as condições para que o próprio sujeito se torne protagonista da mudança desejada.

Segundo Oakley & Clayton (2003, p.12), de forma concreta, o empoderamento para o desenvolvimento pode se manifestar em três grandes áreas:

- a) o poder como maior confiança na capacidade pessoal para levar adiante algumas formas de *ação*;
- b) o poder como aumento das *relações* efetivas que as pessoas desprovidas de poder podem estabelecer com outras organizações;
- c) o poder como resultado da ampliação do *acesso* aos recursos econômicos, tais como crédito e insumos.

Na discussão sobre o surgimento do conceito empoderamento dentro do movimento das mulheres

[...] o conceito de empoderamento aparece como uma estratégia conquistada por mulheres do Terceiro Mundo para mudar suas próprias vidas, ao mesmo tempo em que isto gera um processo de transformação social, o principal objetivo do movimento das mulheres. O empoderamento é visto como a base para gerar visões alternativas por parte da mulher, assim como o processo pelo qual estas visões se tornarão realidades, à medida que as relações sociais mudaram. Dentre as condições prévias para o empoderamento da mulher, estão espaços democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres. (DEERE; LEON, 2002, p.53).

Dessa maneira, as mulheres da Cooperax, à medida que conseguem estabelecer sua cooperativa em uma vila, mostram estar caminhando no sentido do empoderamento. É nesse cenário que elas demonstram desejo de aprender, para buscar a igualdade entre si e chances de maior participação com vistas ao desenvolvimento pessoal e coletivo. Com isso, a Cooperax reúne todas as condições para trabalhar o empoderamento das suas cooperadas, pois estão organizadas, tendo criado um campo de confiança e espaços democráticos e participativos.

O projeto da residência encaminhou-se, primeiramente, para que as mulheres da área do corte aprendessem a usar o computador. Isso as apoiaria nas atividades diárias da cooperativa, promovendo o empoderamento. Como segundo passo, buscou-se implementar o cadastro e os pedidos em um sistema no computador, a fim de agilizar e garantir a guarda dos registros.

Segundo Gonçalves & Oliveira (2007), a inclusão digital muitas vezes é vista como um processo de alfabetização digital, ou seja, é a aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos. Outras vezes é associada ao acesso ao mundo virtual. O certo é que a inclusão digital não pode ser entendida apenas como oferecer o computador, mas sim ensinar a utilizá-lo.

Segundo relato da presidente sobre as cooperadas e o uso do equipamento: “Qualquer coisa no computador é vista como forma de exclusão. Percebem que podem mexer, mas não sabem”. Ou seja, o aprendizado para essas cooperadas é muito importante!

Adultos são motivados a aprender quando esse aprendizado faz sentido para eles, quando percebem as vantagens e benefícios, assim como as conseqüências negativas desse desconhecimento. A aprendizagem de adultos ocorre de maneira diferente das crianças. Cavalcanti (1999) compara o aprendizado de crianças (pedagogia) e de adultos (andragogia), e destaca as diferenças mostradas no quadro 1.

Para as cooperadas da Cooperax, a inclusão digital e a metodologia utilizada, uma vez que todas são

adultas, eram importantes. Isso foi detectado em conversas e reuniões, levando-se em conta o que elas de fato precisavam e queriam aprender. Promover a inclusão digital era, neste caso, permitir o acesso à informação da Internet e também disponibilizar conhecimento para obter as facilidades de um computador, como, por exemplo, digitar textos, gravar fotografias, entre outras. A cooperativa já dispunha de um computador a que todas tinham, teoricamente, acesso, mas não o faziam pela falta de conhecimento, medo do novo e/ou pela própria falta de tempo.

METODOLOGIA

O método de investigação utilizado neste trabalho foi a pesquisa-ação que, segundo Roesch (2006), é uma estratégia que possibilita ao pesquisador obter conhecimento de primeira mão sobre a realidade

QUADRO 1
Aprendizagem de Adultos

Características da Aprendizagem	Pedagogia	Andragogia
Relação Professor/Aluno	Professor é o centro das ações, decide o que ensinar, como ensinar e avalia a aprendizagem.	A aprendizagem adquire uma característica mais centrada no aluno, na independência e na autogestão da aprendizagem.
Razões da Aprendizagem	Crianças (ou adultos) devem aprender o que a sociedade espera que saibam (seguindo um currículo padronizado).	Pessoas aprendem o que realmente precisam saber (aprendizagem para a aplicação prática na vida diária).
Experiência do Aluno	O ensino é didático, padronizado e a experiência do aluno tem pouco valor.	A experiência é rica fonte de aprendizagem, através da discussão e da solução de problemas em grupo.
Orientação da Aprendizagem	Aprendizagem por assunto ou matéria.	Aprendizagem baseada em problemas, exigindo ampla gama de conhecimentos para se chegar à solução.

Fonte: Cavalcanti (1999, p.2)

social empírica, construindo, através disso, a teoria para a prática. Essa construção é obtida quando o pesquisador interpreta o mundo real a partir da perspectiva dos sujeitos de sua investigação, o que é conseguido com o desenvolvimento de um nível de confiança entre os participantes. Conforme Thiollent (1997, p.14), a pesquisa-ação

consiste, essencialmente, em acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os atores implicados participam, junto com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos, identificando problemas coletivos, buscando e experimentando soluções em situação real. Simultaneamente, há produção e uso do conhecimento.

A intervenção ocorreu por meio da tecnologia social de residência solidária, a qual

[...] implica que uma parte da formação ou capacitação do residente se realize no próprio ambiente em que se desenvolve o projeto social, propiciando um mergulho profundo no contexto socioeconômico, cultural e ético-político que o envolve, além do manejo cotidiano das tecnologias sociais nele implementadas. (CARRION; VALENTIM; HELLWIG, 2006, p.38).

Inicialmente foi realizada uma reunião com a presidente e vice-presidente, a fim de identificar as necessidades da cooperativa. Na seqüência, houve reunião com o grupo de cooperadas da área do corte, para definir quais os interesses, conhecimentos prévios, periodicidade das aulas e temas a serem trabalhados. Com base na andragogia, ou educação de adultos, as próprias cooperadas nortearam o que queriam aprender, sendo essa a linha seguida nas aulas, contando com o gestor social para orientar o aprendizado.

A escolha recaiu sobre um projeto de inclusão digital para promover o empoderamento das mulheres do setor do corte da Cooperax, com um curso na área de informática e substituição dos controles manuais da gestão administrativa da cooperativa por controles informatizados, a serem feitos pelas próprias cooperadas. As estratégias metodológicas utilizadas foram participação em reuniões, observação e a andragogia.

O tempo foi um condicionante importante na realização das aulas. As cooperadas optaram por fazê-las durante seu trabalho. Dessa forma, dividiram-se entre as aulas e o corte das peças, além do recebimento e entrega de pedidos. A opção por fazer aulas mais curtas foi necessária, para que não ficassem muito tempo fora do trabalho. Até porque, a prática mostrou o quanto seria difícil fazer mais do que isso, conforme relato da experiência. Segundo Cavalcanti (1999, p.2):

Kelvin Miller afirma que estudantes adultos retêm apenas 10% do que ouvem, após 72 horas. Entretanto serão capazes de lembrar de 85% do que ouvem, vêem e fazem, após o mesmo prazo. Ele observou ainda que as informações mais lembradas são aquelas recebidas nos primeiros 15 minutos de uma aula ou palestra.

O foco principal, para garantir o mínimo de aprendizado em meio às condições adversas, foi aproveitar ao máximo os primeiros momentos da aula. As aulas ocorriam no turno da tarde, com média de 30 minutos para cada aluna.

Na fase final do projeto, foi instituído um exercício de educação a distância para poder promover o uso do *e-mail*. Complementarmente às reuniões e ao ensino, as observações foram sendo registradas em diário que serviu de norteador para muitas decisões.

Público-alvo

O público-alvo do projeto foram as quatro mulheres da área do corte, que possuíam pouco conhecimento no uso do computador. A escolaridade média restringia-se ao ensino fundamental e com pouca profissionalização formal. A maioria das habilidades fora adquirida com a troca de experiências entre elas.

A divisão de trabalho instituída na cooperativa é por áreas: corte, costura e serigrafia. O corte acaba sendo primordial para as demais atividades, pois neelas cooperadas recebem os pedidos e dão entrada na cooperativa, sendo *e-mail* uma das formas de entrada.

Neste trabalho, as mulheres que participaram das aulas serão denominadas *cooperada 1, 2, 3 e 4*; ou

ainda, *cooperadas da área do corte*, quando a referência for ao grupo. A sua faixa etária vai de 34 a 49 anos. Uma quinta pessoa que integra a área do corte, a presidente, já detém o conhecimento para uso do computador e, assim, participará como apoiadora do projeto.

Quadro de metas

No esquema de metas podemos observar os objetivos específicos e o conjunto de ações para alcançar cada um deles, como mostra o quadro 2.

QUADRO 2

Objetivos Específicos da Residência

Quadro de Metas			
Objetivo geral: promover o empoderamento das mulheres da cooperativa Cooperax, através da inclusão digital.			
Objetivos Específicos	Ações	Meios de acompanhamento	Riscos
Oferecer conhecimento na área de informática através de um curso.	Identificar no grupo as mulheres que têm interesse e potencialidade em participar do curso. Identificar quais os temas a serem abordados no curso, a partir da demanda das cooperadas. Captar empresa/profissional para realização do curso. Agendar horários e dias para realização do curso, além de buscar o espaço apropriado. Realizar o curso.	Fazer levantamento sobre os conhecimentos na área, quais os temas em que têm interesse e o melhor local e horários para realização do curso. Periodicidade de participação no curso.	Não ter acesso às cooperadas.
Substituir os controles manuais da gestão administrativa da cooperativa por controles informatizados, a ser feito pelas próprias cooperadas.	Identificar quais os controles manuais atuais. Identificar quais os controles necessários e possíveis, a partir do conhecimento adquirido com o curso. Promover a utilização do computador para pelo menos um controle.	Levantamento por meio de entrevista coletiva com o grupo de cooperadas. Entrevista individual sobre as possibilidades das cooperadas que melhor se saíram no curso. Inserir cronograma de implantação de um controle com prazo/data/resultados esperados. Número de controles em desenvolvimento efetivo.	As cooperadas não terem participado do curso de informática.

Fonte: Adaptado de Armani (2006)

A EQUIPE E AS PARCERIAS

Para realização de um projeto social, o sugerido é que se congreguem várias pessoas. Um bom projeto necessariamente agrega mais pessoas, grupos ou instituições em torno de si. É este esforço de articulação que permite o fortalecimento contra as crises e o avanço em direção a novos projetos (STEPHANOU et al., 2003).

No caso deste trabalho, a etapa da residência foi realizada de forma individual, mas contou, juntamente com as demais fases, com o apoio, monitoramento e a orientação de outros agentes e profissionais. Durante esse processo, também houve interação com outro residente que realizava um trabalho na mesma cooperativa, com o qual se teve importante troca de experiências.

QUADRO 3

Cronograma para Objetivo Específico 1

Oferecer conhecimento na área de informática através de um curso.							
Ação	Ano 2007			Ano 2008			
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Definição do escopo do trabalho							
Identificação de quem tem interesse e potencialidades em participar do curso							
Captar empresa/profissional para realização do curso							
Identificar quais temas abordar no curso							
Agendar horários e dias para realização do curso e buscar local apropriado							
Realização do curso							

QUADRO 4

Cronograma para Objetivo Específico 2

Substituir os controles manuais da gestão administrativa da cooperativa por controles informatizados, a serem feitos pelas próprias cooperadas.

Ação	Ano 2007			Ano 2008			
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Identificar os controles manuais atuais							
Identificar quais os controles necessários e possíveis, a partir das aulas							
Promover a utilização do computador para os controles necessários							

ORÇAMENTO E VIABILIDADE FINANCEIRA

Para realização da residência solidária, foram utilizados recursos da cooperativa e da gestora social, conforme quadro 5.

A PRÁTICA DA RESIDÊNCIA SOLIDÁRIA

O primeiro contato e a realidade

A residência solidária é uma oportunidade de o gestor social entrar em contato e se envolver com comunidades que possam estar em situação de risco, apresentando baixa renda, drogadição, entre outros problemas sociais. Nesse sentido, diferentemente do ato de apenas doar dinheiro, o gestor mergulha no cerne da questão e busca ser agente propulsor do desenvolvimento de um projeto, com vistas a melhorar, de alguma forma, a vida dessas pessoas.

Diante desse cenário, a definição da instituição a ser trabalhada foi o começo de tudo. Foi quando muitos medos tiveram que ser enfrentados e vários preconceitos quebrados: medo do desconhecido, dos perigos de se entrar nas vilas, de como se portar; que roupa usar para não chamar a atenção, que meio de transporte usar – ônibus ou carro –, como lidar com a frustração de não poder fazer e a vontade de ajudar sem saber se as pessoas querem ajuda. No início deste projeto, essas perguntas ainda não tinham resposta, mas o aprimoramento

das habilidades como gestor social, com a troca de experiências entre vários agentes e profissionais já ligados à área, possibilitou esse desenvolvimento.

O primeiro contato com a Cooperax partiu de um encontro com a presidente da cooperativa na universidade, em que ela apresentou a história e os produtos da organização. Na ocasião, também se dispôs a abrir as portas do empreendimento para a implementação de projetos.

Ao ser indagada sobre o tipo de projeto que gostaria de desenvolver, comentou duas necessidades: produzir um vídeo sobre a instituição e encontrar um fixador natural para tingir as peças de uma linha ecologicamente fabricada. A primeira opção foi bastante atrativa, tendo sido, a princípio, a selecionada. Era preciso, ainda, conhecer a cooperativa, e as expectativas eram grandes. Parecia que tudo daria certo!

Posteriormente, foi feita a visita ao local, já se pensando em como seria produzido o vídeo. Para a ocasião, calça jeans, tênis e camiseta pareceram ser trajes ideais para entrar na Vila, até então desconhecida. Ao chegar à cooperativa, a presidente mostrou as dependências do estabelecimento, comentando para as demais cooperadas, que não paravam o que estavam fazendo, sua alegria em poder contar com os residentes para realização de trabalho na organização.

QUADRO 5
Orçamento

Tipo de investimento	Valor estimado	Valor realizado
Infraestrutura para realização do curso: sala, computador, cadeiras, canetas e acesso a Internet	R\$ 1.500,00	R\$ 0,00 (cedido pela cooperativa)
	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00 (cedido pelo gestor social residente)
Trabalho do gestor social: horas despendidas, deslocamento e material para a realização		
Total	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00

Houve rápida reunião em uma sala ao lado da recepção, que continha estoque de peças, cadeiras empilhadas, um computador que haviam ganhado e que não era usado, e algumas coisas mais que sugeriam um ambiente desorganizado e empoeirado.

Conversou-se sobre o projeto que poderia ser executado. Havia a preocupação dos residentes em fazer algo que respeitasse a vontade das pessoas que iriam desenvolvê-lo, no caso, as cooperadas. A necessidade do fixador natural foi novamente lembrada pela presidente, mas não foi percebida como uma oportunidade de trabalho social de fato, pois envolveria mais uma pesquisa de fornecedores. Ela também comentou a necessidade de fazer oficinas para ensinar a usar o *e-mail*, pois ninguém sabia utilizar os dois computadores que a organização dispunha, com exceção da presidente. Falou-se em fazer algo para os jovens que moram na Vila, filhos das cooperadas, como um curso de criação para *site* ou mesmo para produtos, algo na linha do teatro, da cultura, oficina de fotografias, ou ainda de costura.

A ideia do vídeo persistia, mas percebeu-se que por meio dele não se trabalharia o envolvimento das mulheres. O vídeo era pedido de um produto e não de um projeto. Identificar um projeto no meio de tantas possibilidades ficou difícil. Além disso, existia o obstáculo de conciliar a residência solidária com as atividades profissionais dos residentes. O projeto teria de ser desenvolvido durante a semana, pois aos sábados as cooperadas não trabalham regularmente.

Para o gestor social, uma regra importante é ter conhecimento sobre o que será desenvolvido e, das possibilidades até então levantadas, poucas alternativas restavam. Os residentes se reuniram e pensaram em todas as ideias debatidas, tendo sido o vídeo praticamente descartado. Pensou-se em fazer uma reunião com todas as cooperadas para identificar um projeto coletivo, mas não houve

muita abertura para isso. As sugestões foram passadas à presidente, que consultava a opinião das demais. O campo de confiança entre o gestor social e os atores é algo relevante e deve ser criado, mantido e estreitado a cada dia. Talvez por isso ainda fosse cedo para darem maior abertura à participação dos residentes.

Percebeu-se, assim, que o ideal de construir algo coletivo, que fosse a vontade da maioria do grupo – que tivesse significado para todas – não seria fácil de colocar em prática. A expectativa inicial, de fazer um projeto com todas as cooperadas era equivocada. Obter a participação de parte delas já seria grande resultado como projeto social.

A impressão naquela visita era de que a vida na cooperativa era agitada. E de fato era! Ao final da reunião com a presidente, buscou-se conhecer algumas peças da marca ecologicamente fabricada, que estavam em uma prateleira na mesma sala. O atendimento foi dado por outra cooperada, que teve dificuldade em encontrar numeração, dizer os modelos disponíveis e os preços. Isso denunciava o quanto estavam carentes de alguns tipos de controles básicos. Não existia tabela de preços, nem marcação das peças na prateleira ou mesmo uma lista para consulta.

A maturação

De agosto a dezembro, o contato com a cooperativa foi retomado várias vezes e, aos poucos, foi ficando mais clara uma ideia de projeto. O dia-a-dia de trabalho era intenso e as máquinas de costura tornavam o ambiente um tanto insalubre. O telefone não parava de tocar, com pessoas querendo fazer pedidos, reclamações ou conversar, às vezes por longo tempo, sobre o funcionamento da instituição com a presidente. Esta parecia estar sempre sobrecarregada, ora no telefone, ora cortando alguma peça ou dando orientações. Algumas vezes, ocorria de o setor de serigrafia reclamar

de não ter recebido determinado desenho, o que exigia da presidente que verificasse o *e-mail* para ver se já havia chegado.

O contato com a presidente, para saber como tinham sido as reuniões com as cooperadas, era difícil, com respostas evasivas e por vezes demonstração de desinteresse. Tentar agendar visitas não era uma boa estratégia, pois quando se ligava novamente para confirmar o encontro, este era sempre desmarcado com a alegação: “estamos com muito serviço, prefiro que venhas na semana seguinte”.

Percebendo que a consulta a todas não seria possível, optou-se por sugerir um projeto baseado no que já havia sido observado nas visitas até então. Mudou-se a estratégia: as visitas à cooperativa passaram a ocorrer sem aviso, e as conversas se realizavam de maneira bastante informal.

Foi dada a sugestão de fazer melhorias nos controles administrativos, uma vez que os pedidos eram anotados em fichas, sem critérios prévios e com poucas informações. Elas não possuíam uma relação dos clientes, nem mesmo do histórico de pedidos. Também não havia controle formal do estoque de tecidos. Os pedidos eram recebidos até a sexta-feira de uma semana, quando se fazia um levantamento do que seria preciso comprar para produzir as peças da semana seguinte, com prazo de entrega de 10 dias. “Às vezes não dá certo, então avisamos o cliente que irá demorar um pouco” segundo relato da *cooperada 2*. Não existia, também, um modelo de pedido, o que poderia trazer maior agilidade e menor margem de erro, já que, por vezes, as anotações eram mal feitas e o pedido ficava incompleto.

A sugestão de melhorias administrativas, no entanto, não foi aceita, pois não representava uma prioridade para elas. Isso acabou abalando a confiança do gestor com os atores e foi

preciso uma conversa direta com a presidente, esclarecendo que sua ajuda era necessária. Nesse sentido, destacam-se os apontamentos de Stephanou et al. (2003), que discutiram sobre a importância de o gestor social saber motivar as pessoas, articular as ações e gerenciar o trabalho das equipes, algo que faltava até aquele momento. Perguntou-se mais uma vez às cooperadas sobre o que gostariam de fazer, e o assunto “[...] saber mexer no computador” surgiu novamente.

Decidiu-se apostar nessa demanda. Não havia se percebido, até aquela ocasião, o quanto saber usar o computador seria importante para todas. Na semana seguinte, houve, como até então não havia acontecido, uma reunião com as cooperadas do corte, e não simplesmente uma conversa rápida com a presidente. Parecia que o caminho estava aberto novamente.

Perguntou-se o que gostariam de fazer no computador, mas nenhuma soube responder. A presidente já sugeria que, nas aulas, se ensinasse a passar dados de fichas para arquivos digitais. Depois de algum tempo de conversa, a *cooperada 2* disse que “seria legal” se pudessem ler *e-mails*. Percebia-se, no entanto, certa desmotivação por parte delas, que pareciam não querer realmente fazer aquilo; mas, com a decisão da presidente, teriam de começar. Optaram por fazer o curso durante o expediente, usando o computador da cooperativa e a estrutura local. As aulas seriam de trinta minutos por semana para cada uma, de forma a não impactar tanto na rotina de trabalho. Isso não seria nada fácil!

As aulas

De janeiro a abril ocorreram as aulas. Na primeira, a *cooperada 3* já estava de férias, o que se repetiu com as demais no decorrer do tempo. Esse fator influenciou bastante no andamento das aulas, pela não participação das que saíam de férias e pela conseqüente sobrecarga de trabalho gerada às que permaneciam.

Na primeira aula, era visível o desconforto delas no contato com o computador. Justificavam que não sabiam sequer ligá-lo. Cada uma sentava-se em frente à máquina, com o gestor ao lado. Explicou-se que aquilo fazia parte do aprendizado e que teriam a oportunidade de aprender cada uma do seu jeito. O fato é que somente a *cooperada 1* tinha alguns conhecimentos. A *cooperada 2* já havia feito um curso de datilografia e, por isso, tinha mais familiaridade com o teclado; nenhuma, porém, com o *mouse*. Além de ensinar-lhes o básico, para promover a inclusão digital, era preciso também atender ao pedido de inserir as fichas de cadastro dos clientes, fazendo com que conseguissem mantê-las atualizadas no computador.

As aulas foram direcionadas para que elas abrissem arquivos em um editor de texto, digitassem dados de algumas fichas de clientes e recebessem uma tarefa para fazer até a próxima aula. Cada uma criou uma pasta com o nome, onde gravou um arquivo com dados próprios. A tarefa consistia apenas em completar os dados, mas nenhuma delas chegou a realizá-la efetivamente. Alegavam, de forma constrangida, não ter tido tempo.

Conhecer o teclado, saber ligar e desligar o computador, encontrar os arquivos já existentes na cooperativa e saber ler *e-mails* fizeram parte das aulas. Esse aprendizado foi norteado pelas alunas, utilizando-se como base a andragogia, isto é, buscando ensinar o que elas tinham curiosidade em conhecer, aproveitando ao máximo o pouco tempo disponível. Isso funcionou muito bem.

A cada aula elas vinham com novas curiosidades. “Como posso achar fotografias? Como posso achar os arquivos de pedidos que já recebemos?”, foram perguntas da *cooperada 1*. Isso fazia muito sentido para elas, pois quando um cliente chegava e dizia que queria repetir o desenho usado em uma peça no mês ou ano anterior, elas não tinham como procurar o arquivo no computador, mas sabiam que estava lá. Muitas vezes a presidente,

que estava ao telefone, ou no corte, ou em uma reunião, interrompia o que estava fazendo para atender essa demanda. Isso, ao mesmo tempo em que atrapalhava o dia-a-dia, instituiu uma relação de poder, já que todas ficavam dependentes dela para essa ação. Nos dias em que ela não estava, a situação piorava, pois não havia outra pessoa que conseguisse acessar o *e-mail* e localizar arquivos. Aprender essas atividades, enfrentando o medo do computador, era fundamental para que o trabalho e as relações dentro da cooperativa não fossem afetadas.

As aulas aconteciam durante o trabalho delas e, por isso, várias interrupções ocorriam para, por exemplo, atender clientes. Enquanto uma estivesse em aula, as demais faziam certa cobrança para que não demorasse. Perguntas como “[...] vocês vão demorar aí?”, referindo-se ao gestor e à cooperada, impactavam muito nas aulas, pois tiravam a concentração na atividade. Combinou-se, então, que elas iriam se revezar nas aulas, à medida que fossem concluindo o trabalho que estavam fazendo. Isso funcionou para a *cooperada 1, 2 e 3*; a *cooperada 4*, entretanto, deixou de participar, sempre alegando “agora não posso”.

Com relação à vestimenta, percebeu-se, a essa altura, que não era preciso colocar calça jeans e camiseta para ir à cooperativa. No início, acreditava-se que isso faria com que o gestor fosse aceito mais facilmente naquele ambiente, ajudando no desenvolvimento do projeto. Mas, na prática, constatou-se não haver tal interferência.

Os resultados

À medida que as aulas aconteciam, os resultados foram gradativamente aparecendo. Pediu-se que elas fizessem as próprias anotações durante a aula para que pudessem usar o computador na falta do gestor. Elas perderam o medo do equipamento! Frases como “[...] eu achei que nunca chegaria

nem perto”, da *cooperada 1*; e “[...] uma vez saí de noite e o computador estava ligado. Agora eu já sei onde desligar se isso acontecer de novo”, da *cooperada 3*; demonstram o quanto elas foram inseridas no mundo digital.

A *cooperada 1* foi a que mais se destacou no curso, passando a utilizar o computador no dia-a-dia. Também foi a que demonstrou maior interesse no aprendizado, pois embora todas tivessem computador em casa, não o usavam. Dito por ela: “[...] agora eu consigo abrir os e-mails, ficou tão fácil”. “[...] minha filha me pediu ajuda para achar umas letrinhas no computador. Eu achei isso o máximo”. A menina tem 12 anos e a mãe sentiu-se orgulhosa por poder ajudá-la.

Em outra ocasião, a *cooperada 3* comentou que o filho ficou sabendo que ela estava tendo aulas e se ofereceu para ensiná-la também. Abriu-se aí um campo de relação entre mãe e filho que antes não existia, pois a exclusão provocada pelo analfabetismo digital não permitia. O empoderamento dessas mulheres estava indo além do espaço da cooperativa. Como mães, elas estavam estabelecendo relações com seus filhos que antes não eram possíveis.

Dentro da cooperativa, outras também passaram a mostrar interesse. Algumas vinham olhar com curiosidade o que as colegas estavam fazendo, e uma chegou a pedir para também aprender a usar o computador, mas, no dia combinado, acabou não comparecendo por estar muito atarefada.

A linha entre o querer e o fazer é muito tênue. Foi preciso dedicação por parte delas para aprender, deixando de lado um trabalho que as esperava. Conforme um relato: “[...] quando chego à noite estou tão cansada, que nem penso em estudar”.

Uma ocasião especial aconteceu na véspera do carnaval, quando a cooperativa recebia vários pedidos de última hora. Um cliente, integrante de escola de samba, queria que fosse produzida uma

camiseta igual à do ano anterior, mas não possuía uma peça para mostrar. Várias pessoas foram chamadas, mas nenhuma tinha certeza de como deveria ser aquela peça. Naquele momento, por coincidência, o gestor se encontrava no local e pôde ensinar à *cooperada 1* a tentar encontrar o desenho. Após uma procura rápida, o arquivo foi encontrado para a felicidade de todos. Ela percebeu que podia fazer isso no dia-a-dia da cooperativa, e, de fato, começou a ler e receber os pedidos por *e-mail*. Foi feito ainda um exercício a distância para incentivar o aprendizado, com envio de *e-mails* com arquivos anexados.

Embora com respostas diferentes, todas evoluíram durante o curso, conseguindo compartilhar um campo que antes era exclusivo da presidente. A *cooperada 4* teve participação mais acanhada nas aulas, tanto que das duas últimas preferiu não participar. Sua vontade foi respeitada e percebia-se que ela estava feliz pelo que já havia evoluído: saber ligar e desligar o computador e usar o *mouse*, por exemplo. Posteriormente, em um encontro com a presidente, ela revelou o seguinte: “Fiquei surpresa com a *cooperada 1*, que está abrindo os *e-mails*. Eu deixo os *e-mails* marcados como não lidos, para que ela possa ler quando liga o computador. Elas tinham pavor de mexer no computador”. Essa constatação foi importante, pois demonstrou que a inclusão digital havia conseguido proporcionar o empoderamento desse grupo de mulheres, que queriam participar mais da cooperativa.

O PLANEJADO E O REALIZADO

Muitos eventos se mostraram diferentes do planejado no quadro de ações quando o projeto iniciou, conforme já relatado. O objetivo geral foi atingido: promover o empoderamento das mulheres da cooperativa Cooperax, através da inclusão digital. No entanto, com uma análise dos objetivos específicos, é possível tornar mais claro o que se conseguiu desenvolver por completo ou não neste projeto.

Objetivos específicos e ações – análise posterior planejado *versus* realizado:

a) Objetivo específico 1: oferecer conhecimento na área de informática através de um curso. Objetivo atingido plenamente, já que as quatro cooperadas participaram de aulas e tiveram ganhos sobre o uso do computador;

– identificar no grupo as cooperadas que têm interesse e potencialidade em participar do curso: objetivo atingido, pois a indicação partiu de uma integrante do grupo, a presidente;

– identificar quais os temas a serem abordados no curso a partir da demanda das cooperadas: plenamente atingido, já que as cooperadas disseram o que queriam aprender;

– captar empresa/profissional para realização do curso: objetivo atingido. Pelo fato de não existir um telecentro na Vila e, mesmo através de conversas com as cooperadas, não ter sido possível identificar uma pessoa que pudesse oferecer o curso, o próprio residente o realizou. A ideia de identificar alguém da Vila para realizá-lo poderia dar continuidade ao projeto após o término da residência;

– agendar horários e dias para realização do curso, além de buscar o espaço apropriado: o agendamento de dia e horário foi um dos problemas enfrentados. Já o espaço dentro da cooperativa, embora pequeno, foi adequado, considerando que elas não saíam do local de trabalho para participar do curso;

– realizar o curso: objetivo atingido parcialmente pela dificuldade de conciliação da agenda de férias com a atividade profissional do gestor residente, o que diminuiu a quantidade de aulas que cada uma pôde participar. Foram realizadas seis aulas, enquanto a estimativa era de uma por semana, o que totalizaria doze.

b) Objetivo específico 2: substituir os controles manuais da gestão administrativa da cooperativa

por controles informatizados, a ser feito pelas próprias cooperadas. Esse objetivo não foi atingido plenamente por vários motivos:

– identificar os controles manuais atuais: somente parte das deficiências foi mapeada devido à dificuldade de acesso a esse tipo de informação na cooperativa;

– identificar os controles necessários e possíveis a partir do conhecimento adquirido com o curso: essa etapa foi concluída, porém não teve receptividade por parte da cooperativa. Embora as cooperadas soubessem a importância de melhorar o controle do estoque e ter um formulário para anotação de pedidos, não estavam dispostas a fazê-lo no momento;

– promover a utilização do computador para pelo menos um controle: o aprendizado de uso do computador foi atingido; no entanto, a seqüência de inserção das fichas dos clientes não foi.

Analisando o planejado e o realizado, percebe-se o quanto um projeto social é orgânico e deve se ajustar à realidade. O despertar dos participantes acontece paulatinamente, nem sempre seguindo os prazos estimados no planejamento. Nesse cenário, o trabalho do gestor social é importante, readequando os prazos e as ações de forma que os resultados que emergem sejam valorizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O emprego da tecnologia social de residência é muito importante para formação do gestor social (CARRION et al., 2006). Colocar em prática os conhecimentos teóricos é a melhor forma de aprendizado, como foi plenamente comprovado no caso desta residência. Através dela foi possível, ao longo do tempo e do desenvolvimento de um nível de confiança entre os participantes, estreitar as relações com a organização, obtendo, gradativamente, maior abertura e incentivo para a aplicação do projeto. Ao mesmo tempo, as

incertezas e questionamentos iniciais e os desafios quanto à execução das ações planejadas foram, na medida do possível, sendo resolvidos.

De forma substancial, a aula de computação – inclusão digital – apresentou-se como um caminho adequado para proporcionar o empoderamento das mulheres da área do corte. Até então extremamente dependentes da presidente para realização de atividades simples e importantes, como o acesso a pedidos por *e-mail*, ampliaram sua participação no dia-a-dia da cooperativa a partir do conhecimento adquirido em informática.

A andragogia, desse modo, foi fundamental, pois envolveu as cooperadas na elaboração do curso. Com isso, puderam dizer o que queriam aprender e de que forma, fazendo com que todo esse processo tivesse sentido para elas. Conforme destacam Oakley e Clayton (2003), o empoderamento pode se manifestar em três grandes aspectos: maior confiança na capacidade pessoal, aumento das relações efetivas e ampliação do acesso a recursos. Neste caso, a maior contribuição foi para que essas mulheres pudessem confiar na sua capacidade de levar adiante as ações. É o poder como maior confiança, não traduzido somente pela força externa da presidente, mas por forças internas que elas tinham de romper, como o medo e o desestímulo.

Nesse sentido, a insatisfação das cooperadas quanto à situação de dependência, juntamente com a iniciativa, compromisso e empenho do gestor em motivá-las para o projeto, constituiu condição importante para solução de um problema que afetava, sob vários aspectos, o negócio da organização. Essa mudança foi claramente percebida pelas cooperadas do corte, que, em depoimentos, disseram se sentir diferentes por conseguir utilizar adequadamente o computador.

Com o projeto de residência tendo chegado ao fim, cabe salientar as palavras de Armani (2006, p.31), quando diz que “a elaboração de um projeto nunca cessa, uma vez que a reflexão sistemática durante o processo de implementação (monitoramento & avaliação + sistematização) leva sempre a reformulações significativas de objetivos, estratégias, resultados e atividades”.

Ao olhar a prática desta residência, esse é o sentimento exato que fica! Muitas questões foram organizadas durante o transcorrer do trabalho e trouxeram ganhos significativos, por exemplo, a própria definição por realizar a atividade de inclusão digital que, mesmo parecendo superficial em um primeiro momento, acabou revelando-se uma questão central para promover o empoderamento. As mulheres que participaram do projeto mostraram-se protagonistas, cada uma da sua maneira; algumas mais profundamente que outras.

Embora o realizado tenha divergido do planejado, essa não é a equação que conta em um projeto social, em que as questões não são rígidas. A perspectiva muda durante a realização da intervenção, sendo esta a nova realidade para a qual se deve olhar. Este foi um ponto importante neste trabalho: fazer a análise comparada do que foi planejado, submetendo à realidade que se apresentava, para então orientar o rumo novamente. Não se trata de uma fórmula para elaboração de projetos sociais, mas sim de uma prática com a qual cada gestor social deve aprender a lidar.

Artigo submetido em 30/03/2009 e aceito em 12/03/2010.

REFERÊNCIAS

ARMANI, D. *Como elaborar projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006.

BARFKNECHT, K. S.; MERLO, A. R. C.; NARDI, H. C. Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs/viewarticle.php?id=10&layout=html>>. Acesso em: 14 maio 2008.

CARRION, R. M.; VALENTIM, I. V. L.; HELLWIG, B. C. (Org.). *Residência solidária UFRGS: vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CAVALCANTI, R. A. Andragogia: a aprendizagem nos adultos. *Revista de Clínica Cirúrgica da Paraíba*, v. 4, n. 6, 1999. Disponível em: <<http://www.rau-tu.unicamp.br/nou-rau/ead/document/?view=2>>. Acesso em: 14 maio 2008.

CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS - UNISOL. *Unisol Brasil: o que é?*. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/unisol/oque.php>>. Acesso em: 14 maio 2008.

DEERE, C. D.; LEON, M. *Empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

GONÇALVES, E. C. F.; OLIVEIRA, G. R. Inclusão digital: a importância do uso da tecnologia e ferramentas da web no processo de aprendizagem e inclusão social para pessoas da terceira idade. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ENGINEERING AND COMPUTER EDUCATION, 2007, Santos, SP. *Electronic proceedings...* Santos: [s.n], 2007. Disponível em: <http://www.nesdaheer.eti.br/downloads/groberta/diversos/artigo_beth.pdf>. Acesso em: 14 maio 2008.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. *Monitoramento e avaliação do empoderamento*. 2. ed. Londres: INTRAC, 2003. Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_153.pdf>. Acesso em: 14 maio 2008.

ROESCH, S. M. A. *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, A. M. *UNIVENS: nove anos de história concretizando uma outra economia*. 2005. Disponível em: <http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Trabalho_Aline_Public.pdf>. Acesso em: 14 maio 2008.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *Economia Solidária*, v. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv2.pdf#page=4>>. Acesso em: 14 maio 2008.

STEPHANOU, L.; MULLER, L. H.; CARVALHO, I. C. M. *Guia para elaboração de projetos sociais*. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

THIOLLENT, M. J. *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1997.